



Mesa Redonda

“Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada”

Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina

Eric Sabourin, Cirad, Umr Art-Dev, Muse e Universidade de Brasília CDS & MADER

Resumo: A comunicação propõe uma abordagem transversal e comparativa de políticas ao nível latino-americano, enfocando legados, crises e desmontes de políticas públicas dedicadas a agricultura familiar. Os resultados provem de análise bibliográfica e de dois estudos recentes em escala regional, realizados pela Rede de pesquisa “*Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina*” PP-AL. Nossa hipótese é que essa regressão das políticas de agricultura familiar foi facilitada pelo contexto econômico mundial, pelo distanciamento entre os governos populares e as suas bases sociais, pelo enfraquecimento dos movimentos sociais e pelo fato que no mesmo período o apoio público à coalizão concorrente do agronegócio, nunca foi tão importante, deixando uma ampla margem de atuação aos elementos mais reacionários deste setor.

Abstract: The communication proposes a transversal and comparative approach at the Latin American level, focusing on legacies, crises and dismantling of public policies dedicated to family agriculture. The results come from a bibliographical analysis and two recent studies on a regional scale, carried out by the Research Network "Public Policies and Rural Development in Latin America" PP-AL. According to our hypothesis, the regression of family agriculture policies was facilitated by four main factors : 1) the global economic context, 2) the distance between popular governments and their social bases, 3) the weakening of social movements and the fact that, in the same period, 4) public support to the agribusiness competing coalition was never so important, leaving a large margin of action to the most reactionary elements of this sector.

Résumé: La communication propose une approche transversale et comparative au niveau latino-américain, des acquis, crises et régression des politiques publiques dédiées à l’agriculture familiale. Les résultats proviennent d’une analyse bibliographique et de deux études régionales récentes du Réseau de recherche “*Politiques Publiques et Développement Rural en Amérique Latine*” PP-AL. Selon notre hypothèse, cette perte de ressources de la coalition de l’agriculture familiale a été facilitée par le

contexte économique mondial, par la distance qui s'est creusée entre les gouvernements populaires et leurs bases sociales, par l'affaiblissement des mouvements sociaux et le fait, que durant la même période, l'appui public à la coalition concurrente de l'agrobusiness, n'a jamais été aussi important, laissant une large marge d'intervention aux éléments les plus réactionnaires de ce secteur.

Introdução

A comunicação examina os legados e logo os processos de erosão, crises e desmontes de políticas públicas dedicadas a agricultura familiar na América Latina.

Os anos 2000 tem constituído um período de formulação de políticas específicas para agricultura familiar na região graças a constituição de coalizões em torno dos movimentos sociais, aproveitando vitórias eleitorais de setores da esquerda ou janelas de oportunidade favoráveis a essa categoria (Maletta, 2011; Schneider et al, 2013; Sabourin et al, 2015). Desde 2012, essas coalizões sofreram uma perda de espaços, recursos, força e legitimidade, que levaram a uma erosão progressiva das políticas específicas para agricultura familiar ou a cortes brutais segundo os países (Niederle et al, 2017; Nogueira et al, 2017; Mattéi, 2018; Porto Gonçalves et al, 2018; Ezquerro-Cañete e Fogel, 2018).

O trabalho tenta trazer elementos de resposta a perguntas que permitem enquadrar a evolução das políticas para agricultura familiar nos últimos 50 anos: Quais foram os grandes ciclos de políticas de desenvolvimento rural? Quais foram os trunfos e as fraquezas do modelo de política diferenciada para agricultura familiar? Como explicar as recentes rupturas e regressões?

Nossa hipótese é que essa perda de recursos foi facilitada pelo contexto econômico mundial, pelo distanciamento entre os governos populares e as suas bases sociais (Manero, 2010; Fuzer, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018), pelo enfraquecimento dos movimentos sociais (Fachin, 2010) e pelo fato que no mesmo período o apoio público à coalizão concorrente da agricultura empresarial, nunca foi tão importante, deixando uma enorme margem de atuação aos elementos mais agressivos ou reacionários deste setor (Rosanvallon, 2014; Mouterde, 2016; Schmit, 2018).

Pois, segundo Leslie Pal (1992:2) uma política pública é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados. Para Simeon (1976: 548), a política pública é "o que os governos fazem e porque o fazem", mas é também o que os governos "escolhem não fazer" (Dye; 1984:1).

A comunicação propõe um enfoque sócio histórico das políticas públicas para agricultura familiar na América Latina para entender o momento atual, as bifurcações e as rupturas. Segundo Payre e Pollet (2013: 40) "*a sócio história das políticas públicas expressa uma vontade de mostrar o Estado ou as instituições em ação através dos seus próprios atores - aqueles que os fazem existir - re-ubicados no seu ambiente material*" (trad. livre do francês).

A abordagem sócio-histórica das políticas públicas postula a inserção do político no social. Trata se também de contextualizar socialmente as políticas, de tentar escapar de uma visão autocentrada no Estado, tomando por objeto de pesquisa os processos globais, regionais ou até culturais. Neste sentido o enfoque sócio histórico se interessa pelos agentes intermediários, os mediadores, suas posições, suas carreiras e permite considerar uma tipologia de regimes de circulação dos atores que remeta tanto a grupos sociais como a instituições (Payre e Pollet, 2005; Romano, 2009). Portanto, necessitamos do distanciamento histórico e do deslocamento pessoal e institucional para procurar na história (o tempo longo) e nas estratégias dos diversos grupos de interesses, uma leitura a partir de

fatos contextualizados, de posicionamentos situados e não apenas de discursos e textos oficiais ou normativos.

A temática do fim ou da ruptura das políticas públicas, curiosamente, ainda foi pouco estudada. De fato, autores institucionalistas já associavam a regressão do *welfare state* a das políticas sociais à mudanças políticas e a trajetórias no tempo longo (Pierson, 1993 e 1994). As noções de ruptura e de momentos críticos, já eram mobilizadas no enfoque da economia neo-institucional em particular na linha da dependência ao caminho (*path dependence*, Mahoney, 2001).

Rosanvallon (2014) ou Levitsky e Ziblatt (2018) têm se preocupado em analisar a regressão da democracia face as consequências da generalização das políticas socioeconômicas neoliberais e das novas formas de evolução do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. Mas esses trabalhos só explicam uma parte do fenômeno ou das suas causas. Permitem explicar por exemplo a privatização de certos serviços públicos, mas não o fim ou o abandono de serviços públicos.

Bauer et al (2013) apresentam análises mais precisas e pertinentes em termos de desmantelamento de políticas públicas (*policy dismantling*) na Europa e Estados Unidos, em particular após a crise financeira de 2008. Embora seus trabalhos estejam mais focalizados nas políticas sociais, o marco de análise proposto adequa-se bastante bem ao caso das políticas de agricultura familiar na América Latina. Bauer et al (2013) propõem analisar o desmantelamento de políticas públicas em termos de preferências políticas (ideologia, custo político, etc.), de estratégias e de efeitos, como veremos mais a diante.

A metodologia segue uma abordagem longitudinal e comparativa de políticas nacionais ao nível latino-americano, tentando identificar elementos comuns e aspectos específicos as crises e aos desmontes dos instrumentos dedicados à agricultura familiar e à agroecologia em alguns países da região.

Os resultados provem de análise bibliográfica e da contribuição de dois estudos coletivos recentes em escala regional, realizados pela Rede de pesquisa “*Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina*” Red PP-AL sob a minha coordenação (Sabourin et al., 2015; Sabourin et al., 2017). Para as políticas de apoio à agricultura familiar foi aplicada uma grade de análise comum a onze países em 2013. Uma atualização foi realizada em 2018 sobre as evoluções post 2014, o ano da AIAF (Grisa et al., 2018, no prelo). Quanto as políticas a favor da agroecologia, o mesmo procedimento foi aplicado em 2016 a oito países de América Latina e Caribe.

O texto se divide em duas partes. A primeira parte apresenta a trajetória das políticas que afetam as agriculturas familiares na região, seus avanços e limites. A segunda parte trata do desmonte crescente dessas políticas em vários países, dos seus motivos, processos e das primeiras reações.

1. Sócio-história das políticas públicas de desenvolvimento rural na América Latina

1.1. Três gerações de políticas públicas impactando a agricultura familiar

O estudo de 2014 identificou três gerações de políticas que têm afetado a agricultura familiar na América Latina (Sabourin et al., 2015).

A primeira geração, aquela dos anos 50 a 80, foi marcada por políticas de acesso à terra e reforma agrária, associadas, com mais ou menos intensidade, a instrumentos de crédito rural e de assistência técnica. Essas políticas foram interrompidas ou reduzidas pelos períodos de ditadura militar, ou como no Brasil, no Uruguai, no Peru, na Bolívia e na Argentina transformadas em políticas de colonização de terras públicas nas fronteiras agrícolas dos pampas ou da Amazônia. No entanto, Chile, Cuba, México,

Brasil, Nicarágua ou El Salvador conheceram políticas de reforma agrária históricas. Essas políticas que tiveram no seu início o apoio das Nações Unidas (FAO) e do Banco Mundial eram aceitas porque se tratava de impedir o avanço dos “comunistas” no campo. Porque acabaram ou tiveram uma trajetória degressiva? Porque o “perigo vermelho” se afastou. No Peru como no Nicarágua houve fenômenos de contrarreforma agrária e de reconcentração de terras (Ribeiro, 2017; Freguin-Gresh & Perez, 2018).

A segunda geração, dos anos 1990 até 2014, corresponde a políticas específicas ou focalizadas na agricultura familiar. Segundo os países aconteceram em diversos momentos, por meio de diversas coalizões de causa (Sabatier e Jenkins, 1993) ou aproveitando diversas janelas de oportunidade (Kingdon, 1984), mas, mais ou menos trata-se do mesmo modelo. Ele baseia-se em três instrumentos: um dispositivo de registro de produtores familiares para delimitar os beneficiários (às vezes por lei), um programa de crédito agrícola e programas de fortalecimento das capacidades: capacitação, ATER e apoio às organizações locais.

Paradoxalmente, a maior diferença de um país a outro, reside na definição da categoria “agricultura familiar” em função da especificidade do país, da história do campesinato e do tipo de base social que o governo quer beneficiar. Esse modelo, contou com apoio da FAO (2012) e até recebeu a aprovação de governos liberais ou foi pouco contestado pelo setor do agronegócio, porque consistiu principalmente em integrar uma elite produtiva da agricultura familiar nas mesmas cadeias produtivas. Como indicam Aquino e Schneider (2010) para o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil, o Pronaf, foi “mais do mesmo”

A terceira geração é configurada por políticas globais de segurança alimentar e nutricional, de meio ambiente, de resposta às mudanças climáticas, de desenvolvimento sustentável ou territorial, de combate à pobreza. Não são focalizadas no segmento da agricultura familiar, mas oferecem quadros de negociação e espaços de participação para essa categoria. São políticas que tratam de desafios globais (Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, meio-ambiente, desenvolvimento sustentável, combate à pobreza), às vezes participativas, consultivas ou compensatórias.

Essas políticas da terceira geração são importantes para os tempos atuais. Pois, num contexto de triunfo de governos conservadores e neoliberais, elas deixam algum espaço para apoios às agriculturas familiares e camponesas, comunidades indígenas e aos povos tradicionais. As próprias organizações internacionais (Nações Unidas, Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA, bancos de desenvolvimento, ONGs) não podem mais apoiar diretamente políticas específicas para a agricultura familiar e camponesa num marco governamental hostil a essa categoria na América Latina. No entanto, por meio das políticas globais, podem manter um apoio indireto ou mais discreto.

A principal característica comum dessas três gerações de políticas é o fato que não caíram do céu ou da bondade dos governos, mesmo progressistas: foram respostas a reivindicações de movimentos sociais do campo que, em determinados momentos, conseguiram constituir coalizões de causa suficientemente amplas na sociedade para influir em decisões públicas. As mais recentes manifestações foram os grandes “*paros campesinos*” na Colômbia em 2013 (Alain e Boeuf, 2014).

Do mesmo modo, a medida que mobilizaram recursos significativos, essas políticas passaram a receber a oposição quase constante dos setores do agronegócio e da grande propriedade (Alves e Rocha, 2010; Navarro, 2011, Freguin-Gresh e Perez, 2018; Friggeri, 2017). Houve apenas, no fim dos 90 e no início dos anos 2000, períodos de crescimento econômico com mais disponibilidade de recursos públicos durante os quais governos progressistas conseguiram desenvolver políticas para a agricultura familiar ou a agroecologia, ao lado de um apoio ainda maior para a grande empresa rural. No Mercosul, foi o caso dos governos de Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai de 2003 até 2014 (Sabourin et al., 2015).

A vantagem das políticas da terceira geração é a sua capacidade em mobilizar setores mais amplos dentro da sociedade ao exemplo dos movimentos sociais para o meio ambiente, a soberania e segurança alimentar e nutricional ou consumidores urbanos, como aqueles que defendem as políticas a favor da agroecologia e da produção orgânica (Rodriguez et al., 2014).

Essas três gerações de políticas têm correspondido a ciclos, a diversas formas de intervenção do Estado e a coalizões, as vezes condicionadas por organizações internacionais e agencias de cooperação (Adib e Almada, 2017).

1.2. Avanços e limites das políticas específicas para agricultura familiar

Essas políticas trouxeram avanços para o público amplo da agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável; no entanto, apresentam diferentes limitações, fragilidades ou riscos.

Reconhecimento de identidades diversas

As políticas específicas para agricultores familiares tiveram o mérito dar visibilidade a populações vulneráveis, muitas vezes marginalizadas e de oferecer-lhes um reconhecimento público. Contribuem para associar uma dignidade e identidade ao fato de ser agricultor. A expressão « agricultor familiar » representa uma definição positiva com relação as anteriores (pequeno produtor, agricultor de subsistência ou de baixa renda). Essa nova percepção se traduziu pela incorporação de identidades antes marginalizadas, graças aos novos movimentos sociais rurais que se associaram a categoria matriz que constitui a agricultura familiar: sem-terra, indígena, descendentes de escravos de origem africana, pescadores, extrativistas... (Grisa e Schneider, 2014 ; Grisa et al, 2018).

Os primeiros países que implementaram políticas específicas (Chile, Cuba, Brasil, Uruguai, Argentina) são aqueles onde a longa história agrária dual tem levado os governos a dar uma resposta particular aos movimentos sociais do campo. Pelo contrário, países onde a agricultura familiar é amplamente majoritária, mas muito diversa (países andinos e México) não tinham sentido até pouco essa necessidade e puderam manter uma política agrária generalista (a mesma que para a agricultura empresarial). No entanto, o setor camponês sofre das consequências da globalização, os processos de modernização deixam no caminho um número importante de produtores e a injeção dos movimentos sociais e das organizações internacionais se fizeram cada vez mais fortes. Os governos têm, então, respondido por políticas familiares essencialmente sociais (transferência de renda a economia familiar, sistemas de aposentadoria subsidiados) dos quais beneficiam mais particularmente os agricultores familiares mais pobres.

As políticas de regulação dos preços, de criação de mercados do produtor (Argentina, Costa Rica, Cuba) e, mais recentemente de compras públicas de alimentos reservadas aos agricultores familiares (Brasil, Costa Rica, Equador) mostraram resultados muito positivos e beneficiam da aprovação unanime das organizações de agricultores (FAO, 2012 ; Schneider e Cassol, 2013 ; Salcedo e Guzman, 2014).

Os resultados em termos de redução da pobreza rural foram provados no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai (Rimisp, 2011 ; IPEA, 2013 ; FAO, 2014) mas, eles são decepcionantes quanto a diminuição das desigualdades (Perez, 2011; Malleta, 2011 ; Schneider e Cassol, 2013). Segundo a FAO (2014) 20 % dos agricultores da Bolívia estão abaixo da linha de pobreza, 30 % na Nicarágua, mas o tamanho médio das unidades familiares está em redução em dezoito países da América Latina sobre vinte e sete (9,5 ha na Nicarágua, Freguin-Gresh e Perez, 2018).

Fragilidade dos recursos e riscos de exclusão

As políticas focalizadas geralmente beneficiam de orçamentos específicos que facilitam o acesso ao crédito de muitos agricultores familiares, apesar de diversos problemas de garantia, burocracia e dos montantes mínimos. No entanto, as dotações em recursos diferem segundo os países em função da força política das organizações de produtores. Assim, nos países que recém adotaram uma política específica para agricultura familiar como Nicarágua e Costa Rica, as organizações de agricultores não foram suficientemente fortes para pesar sobre a dotação em recursos. Quando foi possível, como no Chile, Brasil ou Uruguai, puderam obter instrumentos mais diferenciados, por exemplo créditos específicos segundo as situações da agricultura familiar e destinados a agroecologia, produção orgânica, sistemas agroflorestais no Brasil ou assistência técnica para a pecuária familiar no Uruguai (De Torres et al., 2014).

A validação da tipologia dos agricultores familiares da FAO (2012) entre três subtipos (consolidado, em transição e periférico) teve o mérito de uma notável rusticidade e adaptabilidade a situações nacionais bem diferentes, mas mostrou limitações e até impasses para levar em conta categorias como a produção para o autoconsumo ou a pluriatividade dos agricultores (Schneider e Cassol, 2013). Observou-se resultados desiguais e, sobretudo, seletivos em termos de acesso aos instrumentos de financiamento (crédito) e de assistência técnica. Estes beneficiam principalmente ao estrato mais integrado aos mercados da categoria, enquanto os produtores menos dotados em recursos têm, sobretudo, acesso a políticas sociais. Esse fenômeno está se verificando na Argentina com as evoluções das políticas para agricultura familiar no governo Macri. Nogueira et al (2017) consideram que *“se está transformando paulatinamente as ferramentas de acesso a direitos e inclusão cidadã (como o Monotributo Social Agropecuario) em instrumentos de assistência a pobreza”*. Existe pelo tanto o risco de tornar esse segmento mais consumidor que produtor (Mallela, 2011, Sabourin et al., 2015).

Apesar do aumento sensível dos financiamentos dedicados a agricultura familiar observou-se que na maioria dos casos, estes dependiam de subsídios ou empréstimos internacionais (Argentina, Uruguai, Colômbia) e não estavam inscritos na constituição por lei. Mesmo quando o eram como no Brasil, a mudança de orientação do governo em 2016 acabou em 20 dias com 20 anos de construção da política de agricultura familiar. Por outra parte, em todos os países da região o nível de dotação permanece infinitamente inferior àquele oferecido a agricultura patronal e empresarial (De Torres et al, 2014; Sabourin et al. 2015, Freguin-Gresh e Perez, 2018).

Pelo tanto, cabe encontrar e adaptar soluções « a medida », a partir da construção de conjuntos de instrumentos de política pública (*policy mix*) incluindo um conjunto coordenado de medidas transversais multi-setoriais (desenvolvimento sustentável ou territorial, seguridade alimentar e nutricional, combate à pobreza) e de medidas focalizadas de apoio a produção agrícola e não agrícola, ou ainda, a atividades não produtivas que permitiriam responder melhor às necessidades diversificadas dos agricultores familiares e as expectativas da sociedade (HLPE, 2013). No entanto, esse tipo de política exige uma coordenação Inter-setorial rigorosa e em todos os níveis (Sabourin et al, 2015).

2. A crise e o desmonte das políticas para agricultura familiar

Nos últimos anos, na América Latina, vários países mudaram de orientação política ou/e de coalizão governamental, levando a redução ou até ao desmonte das políticas a favor da agricultura familiar (Grisa et al., 2018; Kay e Vergara-Camus, 2018). Independentemente das situações e especificidades nacionais, quais foram as causas e motivos dessa regressão e quais são os processos que podem ser observados a nível da região?

2.1. As causas e tendências a nível regional

Bauer et al (2013) analisaram processos de desmantelamento de políticas públicas, principalmente nos países europeus. Entre os fatores de desmantelamento eles distinguem fatores situacionais (mudanças tecnológicas, ambientais ou climáticas levando a rupturas como as catástrofes naturais); fatores macroeconômicos (crises econômicas, financeiras, comerciais); constrangimentos e oportunidades institucionais por conta de eleições, mudanças de alianças ou de regime que operam ao nível de toda a política e, em primeiro lugar por conta de fatores políticos internos ao país ou ao seu governo.

Na América Latina, e para as políticas de agricultura familiar, um dos primeiros fatores explicativos do abandono de políticas para agricultura familiar tem a ver com as consequências da crise financeira: o fim ou a redução do crescimento levou a cortes orçamentários a nível nacional, que foram aplicados em particular a políticas ligadas a segmentos minoritários (indígenas, extrativistas, agricultores sem-terra, agroecologia, etc.). Do mesmo modo, a crise econômica provocou uma disponibilidade menor de recursos nas agências de cooperação e nas organizações internacionais que, em muitos países, financiam as políticas de desenvolvimento rural e agricultura familiar.

Em segundo lugar, a América Latina passou por uma onda de tomada de poder de governos mais conservadores e neoliberais desde 2012, até mediante golpes de estado institucionais como no Paraguai, Honduras, Brasil (CELAG, 2017) ou por derivas autoritárias e antissociais de governos de esquerda por exemplo, em Equador, Venezuela, Nicarágua (Manero, 2010). Existe ainda muito poucos trabalhos de pesquisa analisando esse fenômeno (Mouterde, 2016 ; Schmit, 2018).

As principais causas geralmente indicadas são a crise econômico-financeira, a concentração hostil dos meios de comunicação e da imprensa nas mãos dos setores conservadores (Schmit, 2018) e as denúncias de corrupção em governos progressistas (Argentina, Brasil, Peru, Equador).

Para Fuser (2018:69) “ *A direita foi, então, utilizando todos os mecanismos de poder de que dispõe dentro do próprio Estado: o Poder Judiciário, quando o controla, o Legislativo, nos casos em que os partidos conservadores têm uma maioria substancial, o funcionalismo público e, além de tudo, o fato de que os chamados governos de esquerda são na realidade governos de coalizão*”

Cabe, de fato, mencionar a influência de uma judicialização da política que foi patente no Brasil como em outros países.

Não tem dúvida que, como no resto do mundo, em particular na Europa e nos USA, América Latina passa por uma crise dos partidos progressistas ou de esquerda (Manero, 2010). Podemos associar essa crise a vários fenômenos: o uso do poder, o corporativismo próprio a partidos de origem sindical (Druck, 2006), a dificuldade de leitura do populismo, a difícil renovação das propostas econômicas e sociais depois de certa cooptação da agenda neoliberal. De fato, o exercício do poder levou partidos de esquerda de países de configuração bem diferente (Brasil, mas também Chile, Peru ou Nicarágua) a se cortar progressivamente das suas bases sociais (Manero, 2010). Muitas vezes, essas bases passam então a ser ocupadas por movimentos messiânicos conservadores (igrejas evangelistas), partidos populistas de direita ou pelos dois juntos (CELAG, 2017; Stefanoni, 2018).

Para Fuser (2018: 74) a causa principal foi uma certa ingenuidade e acomodação dos governos progressistas: “*os governantes à esquerda foram conquistando o comando do Executivo e nele permaneceram durante longos períodos, mas não foram muito longe no controle do restante do que constitui, na visão dos autores marxistas, os aparatos do poder burguês. A mídia permaneceu nas mãos da classe dominante, salvo raras exceções. E a burocracia do Estado se manteve à margem do esforço de transformação da sociedade, adotando em certos casos uma atitude hostil e até mesmo golpista. Nem sempre os presidentes tiveram ao seu lado maiorias estáveis no Legislativo e, na maioria dos casos, fracassaram no intento de controlar o Judiciário e a máquina repressiva do Estado.*”

Por outra parte, segundo Fuser (2018:74) os governos progressistas falharam na “luta de ideias”: *Não houve suficiente empenho oficial para associar as inegáveis conquistas e avanços sociais com a orientação política dos governantes. A população mais pobre, a grande beneficiária das iniciativas no campo social, permaneceu em posição passiva, a de recebedora dos benefícios, sem participar das decisões nem se envolver em debates capazes de proporcionar um grau maior de consciência sobre as questões políticas relacionadas com esse ou aquele programa governamental.*

Sem dúvida, paralelamente, existe também uma crise dos movimentos sociais tradicionais em geral e no campo, dos sindicatos e as federações nacionais (Fachin & Ricci, 2010; Martins, 2018). Segundo os países, essa crise tem facetas diferentes. Na Argentina, e em menor medida no Brasil, a cooptação de dirigentes populares para assumir responsabilidades no governo tem contribuído ou a enfraquecer a capacidade de liderança desses movimentos ou a apaziguar suas reivindicações e vigilância e, em consequência, sua capacidade de mobilização. Isto foi patente na Argentina com a criação do FONAF (*Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar*) que segundo Nogueira et al (2017) se transformou em voz da política oficial. Isto provocou o afastamento de técnicos, representantes de ONGs e universidades, associações ou grupos de desocupados, produtores sem-terra, camponeses e membros de comunidades indígenas que *“questionaram a estreita vinculação do Fonaf com o Estado e plantearam uma posição de maior autonomia e confrontação”*.

A crise de recursos internacionais também afetou os movimentos sociais. Foi o caso, em particular, para os chamados novos movimentos sociais (ambientalistas, extrativistas, indígenas, agroecologia) que não contavam com apoio de recursos sindicais e eram menos comprometidos com governos progressistas que os sindicatos tradicionais e mais mobilizados para confrontações. De fato, houve uma renovação da agenda e das modalidades de luta social pelos movimentos dos povos tradicionais, do extrativismo, da Segurança Alimentar e Nutricional, da agroecologia (Gohn, 2011; Martins, 2013). Conseguiram mobilizar coalizões mais amplas na sociedade, mas, passam hoje por um enfrentamento inédito no século XXI: aquele da sua criminalização pelos poderes judiciários, como no Brasil (Sauer, 2018).

No entanto, o fator explicativo mais determinante é que durante esse período 1990 até 2015, nunca houve ruptura do modelo de política agrícola dominante, inclusive entre governos mais progressistas: o apoio das políticas públicas e dos bancos ao agronegócio (produção de *commodities* para exportação, *land grabbing*, etc.) tem crescido muito mais que o apoio a agricultura familiar (Sabourin, 2018 ; Grisa 2018). No Brasil, a redistribuição para as agriculturas familiares e camponesas e demais povos e comunidades tradicionais era marginal, e era, certas vezes, corporativista: ligada a bases sociais bem específicas. Se reduziu pouco a pouco quando o crescimento reduziu e quando acabou em 2016, não houve grandes manifestações contrárias (Sabourin, 2017). Essas políticas, eram de fato, apenas tolerada pelo agronegócio e as suas coalizões porque no período de crescimento, não tinham problemas de falta de terras para a sua expansão.

Essa explicação da manutenção de um apoio forte e, muitas vezes, sem limites e controle, ao setor do agronegócio agroexportador é também a principal explicação adiantada nos diversos capítulos/pais da coletânea sobre as políticas agrárias dos governos de esquerda da América Latina, compilada por Kay e Vergara-Camus (2018). Sem dúvida, o objetivo inicial desses governos ao mesmo tempo neo-desenvolventistas e neo-extrativistas, era usar o saldo comercial positivo da exportação de *commodities* para financiar políticas compensatórias sociais ou pro agricultura familiar. Isso foi possível durante o início dos anos 2000, dados os preços elevados dessas matérias primas agrícolas e a tolerância dos bancos e do setor do agronegócio que nunca realizaram tantos benefícios. Foi muito difícil manter essa dinâmica após a crise financeira de 2008-2010.

2.2. Mecanismos de desmonte das políticas públicas

Bauer et al (2013) distinguem quatro “estratégias de desmantelamento” de políticas: o *desmantelamento ativo* é o mais óbvio, geralmente traduzido em termos de orçamento. Os autores citam a redução dos níveis de pensões na Suíça e Itália, e o aumento do investimento permitido em centrais de energia dos EUA em até 20 por cento custo de substituição sem desencadear uma revisão administrativa.

O *desmantelamento por defeito* foi observado quando uma variedade de benefícios foi deixada intocada na Espanha e em vários países da Europa do Norte (Dinamarca, Suécia Alemanha e Reino Unido), sem nenhuma variação compensatória durante um período de inflação relativamente alta. Estratégias de *desmantelamento simbólico* foram usadas no caso do tratamento dos resíduos (mantendo uma política que era deficiente, mas simbolicamente importante para muitos atores heterogêneos); os casos das políticas de água e de poluição do ar são emblemáticos, mostrando o poder da indústria de energia dos EUA na sua determinação brutal para reduzir os encargos regulatórios. Finalmente, esses autores citam o *desmantelamento por mudança ou deslocação de arena*: por exemplo, mediante a privatização das políticas de tratamento da água ou dos resíduos na Europa, como forma de saída da responsabilidade do poder público. Essa modalidade pode corresponder também à mudança de institucionalidade da política, transferindo a responsabilidade para outro ministério ou outro setor, onde ela arrisca passar por um tratamento secundário ou até periférico.

A seguir, indicamos alguns exemplos a nível de três países do MERCOSUR e em Nicarágua.

Brasil: uma ruptura não esperada

Não entraremos em detalhes sobre os casos de desmonte das políticas públicas para agricultura familiar e povos tradicionais no caso do **Brasil**, a partir do governo Temer. Remetemos aos trabalhos de Niederle et al (2017), Mattei (2018), Sauer (2018) e ao número da revista *Okara: geografia em debate* (UFPB) de 2018 em particular os artigos de Mattei (2018) e Porto Gonçalves et al (2018). Os gráficos do orçamento para agricultura familiar, comunidades indígenas e tradicionais ou reforma agrária a partir de 2016 ilustram claramente a caída vertiginosa dos recursos dedicados (figura 1).

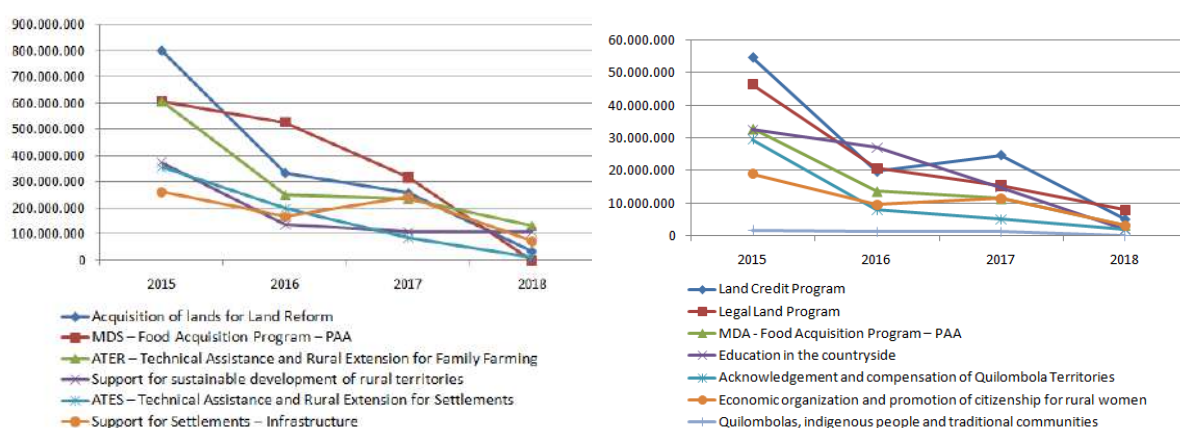


Figura 1. Recursos atribuídos as políticas de agricultura familiar reforma agrária entre 2015 e 2018 em milhões de reais (Niederle, et al, 2017)

Paraguai: o primeiro golpe

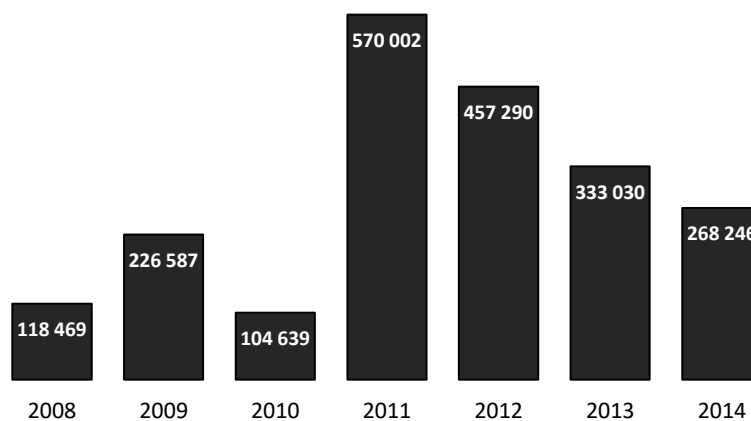
Segundo Fernandez e Marcos (2014), o primeiro golpe de estado parlamentar em 2012, levou ao fim da tentativa de reforma agrária iniciada pelo presidente Lugo, após a expulsão de 900.000 pessoas do campo em 10 anos (585.000 de menos de 30 anos). No entanto, Ezquerro-Cañete & Fogel (2018)

consideram que de 2008 até a destituição de F. Lugo em 2012, nunca foram reunidas as condições para realizar tal reforma agrária, por conta dos bloqueios no congresso e no judiciário, apoiando a coalizão do agronegócio, tanto como pela divisão dos movimentos sociais camponeses. Cabe lembrar a ironia da história: esse primeiro caso de “golpe parlamentar” usou como pretexto o massacre de 11 camponeses em Curuguaty no 22 de junho de 2012 (Duré et al, 2012; Recalde, 2013).

Para Frigerri (2017), o golpe levou a adoção de uma política para agricultura familiar compatível com os interesses do “agronegocio brasiguayo”. Houve por exemplo, a manutenção das compras públicas a agricultura familiar para alimentação escolar, mas, segundo um sistema de compra indireta. Isto quer dizer que o abastecimento pode ser realizado por meio de um empresário intermediário, que não é do produtor familiar. Por acaso o novo Presidente de Republica sucessor de F. Lugo era dono das principais empresas agroalimentares do país (Caldas e Avila, 2018). Segundo Frigerri (2017) este modelo se baseia numa política que intenta a promoção de um processo de *descampesinización*, o crescimento do agronegócio, o crescimento macroeconómico e uma distribuição regressiva da renda.

Rodríguez e Villalba (2016) mostram que os recursos dedicados a agricultura familiar e camponesa foram bem reduzidos a partir de 2012 (figura 2). Confirmam que o Ministério de Agricultura e Ganaderia (MAG) é totalmente afetado pelos lobbies de empresários agrícolas, que se beneficiam dos recursos e priorizam aos grandes produtores.

Figura 2. **Gastos realizados pelo MAG para a agricultura camponesa** (milhões de guaranis)



Fonte: Rodríguez e Villalba (2016)

Oficialmente os instrumentos e recursos são mantidos. Concretamente o mecanismo de desmonte, além da criminalização dos movimentos sociais camponeses e de reforma agrária consiste em atribuir recursos rubricados para a agricultura familiar a agricultores empresarias. Isto foi realizado pela modificação da definição ou do perímetro da categoria “agricultura familiar”, acrescentando os “médios empresários” de um lado e, do outro, como no caso das compras públicas a AF, permitindo a compra indireta via empresas agropecuárias.

Argentina: uma degradação não planejada

Muito rapidamente após a mudança política de 2015 o governo Macri eliminou a autonomia da Secretaria de Agricultura Familiar mediante a sua fusão com a “*Secretaria de Coordinación y Desarrollo Territorial*” numa nova “*Secretaria de Agricultura Familiar, Coordinación y Desarrollo Territorial*”. No entanto, segundo Nogueira et al (2017) a institucionalidade foi mantida: inclusive funcionou o “*Consejo*

de la Agricultura Familiar, Campesina e Indígena” criado pelo ex Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca em agosto de 2014. No entanto, esses autores confirmam um esvaziamento dos recursos e dos conteúdos atrás dessa manutenção da institucionalidade.

Os projetos remanescentes para a agricultura familiar se processaram através do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA) mediante os programas Cambio Rural e ProHuerta. Mas isto foi agravado por uma redução de 1.140 milhões de pesos (120 milhões de Reais) no orçamento do INTA em 2018 (figura 3) (<https://www.infocampo.com.ar/alerta-en-el-inta-el-gobierno-nacional-le-recorta-1-140-millones-de-presupuesto>).

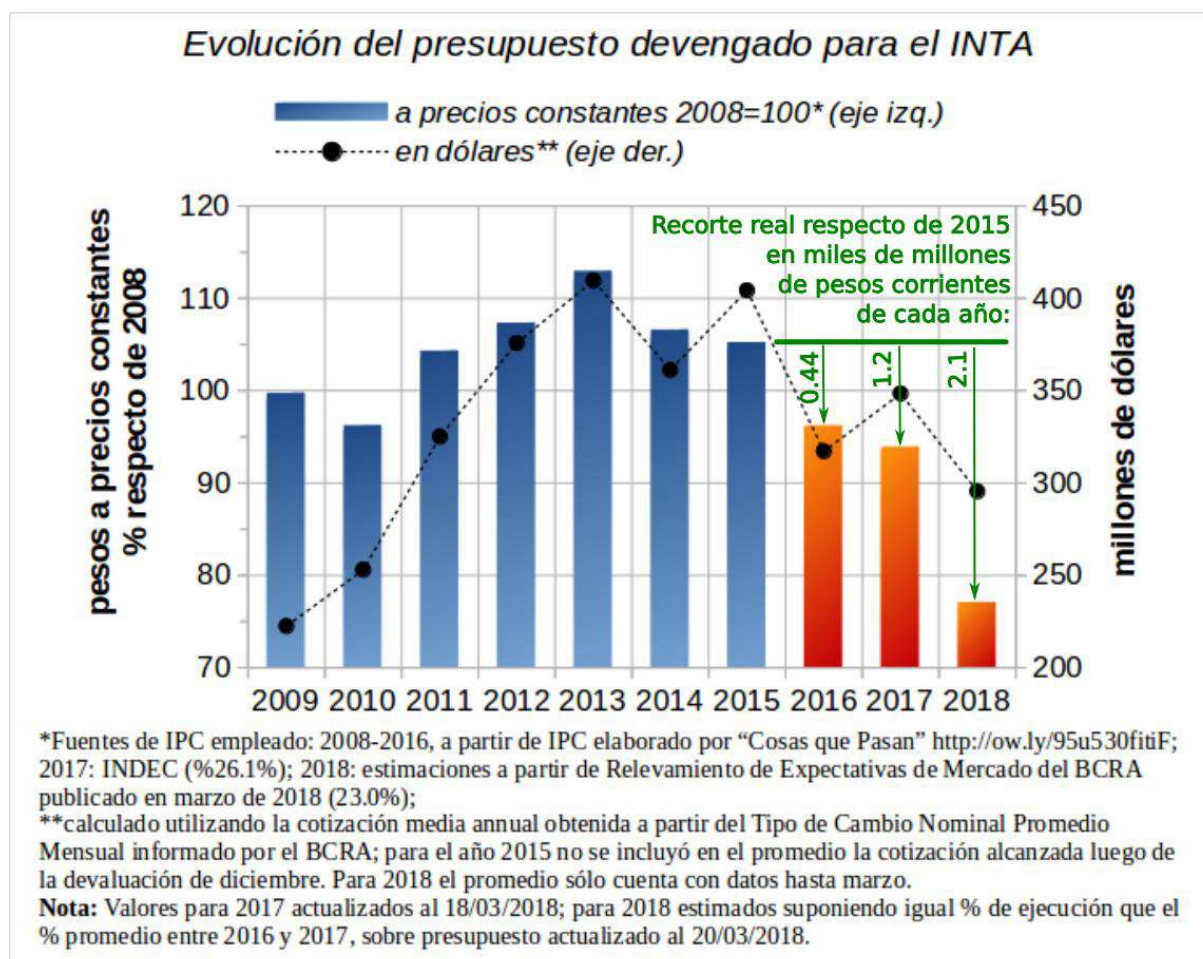


Figura 3. **Evolução do orçamento do INTA de 2009 a 2017**

Os mecanismos de desmonte são bastante sutis e não aparecem publicamente como tal. Podemos identificar quatro tipos de mecanismos de redução discreta ou emascarada de recursos:

- 1) O orçamento solicitado no mês de julho do ano anterior, não corresponde aquele efetivamente confirmado por lei;
- 2) O orçamento anual assignado é dividido em cotas trimestrais, e geralmente é outorgado somente 80 ou 70% da cota solicitada por trimestre.
- 3) O orçamento assignado mediante o projeto de lei não é atualizado em função da inflação, que chegou a mais de 20% em 2017 e 2018.
- 4) Se autoriza remanejamento de destinação dos recursos dentro das estruturas dos ministérios.

Cortou-se assim recursos da política de agricultura familiar, acabou-se com as taxas sobre exportações de produtos agrícolas do agronegócio, liberou-se o câmbio, a inflação cresceu e a economia do país piorou. Em 2018, num processo de redução de gastos públicos, o próprio Ministério de Agroindústria foi reduzido a secretaria com extinção de 300 postos de funcionários (Nogueira et al, 2017).

Nicarágua: deriva autoritária de um populismo de esquerda.

Baumeister e Martí i Puig (2018) indicam quatro motivos ao desenvolvimento do neoliberalismo agrário em Nicarágua depois da volta ao poder da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 2007: i) a existência de acordos fortes entre o setor empresarial e o Presidente Ortega; ii) a deterioração das organizações sindicais camponesas criadas pelo FSLN e sua pouca força reivindicativa em nível nacional; iii) o fortalecimento de uma ampla rede pequenos e meios agricultores com capacidade produtiva e de pressão no seu entorno local, gerando um tecido organizativo autónomo, expressado fundamentalmente nas cooperativas e ligado a exportação (café, cacau, etc), e finalmente, iv) a massiva migração dos trabalhadores rurais mais pobres a Costa Rica, junto com a permanência de uma fronteira agrária, criando duas válvulas de escape.

Nesse cenário explosivo de extrema pobreza rural e de crises sociais¹ (Baumeister & Rocha, 2009), Nicarágua enfrentou em 2018 uma crise política que parou o país, as comunicações, o comércio com os países vizinhos. *“Los recuentos preliminares de las cámaras empresariales indican que el golpe económico en menos de un mes alcanza US\$233 millones en pérdidas. Esa cantidad equivale al 1.6% del producto interno bruto (PIB) de 2017 que, según cifras oficiales, sumó US\$13,814.2 millones”* (Nuevo Diario, maio de 2018). De todo modo, uma parte das políticas para agricultura familiar e agroecologia não eram mais aplicadas (Freguin-Gresh e Perez, 2018). O caso de políticas sociais bloqueadas foi um dos motivos das greves e revoltas de maio de 2018 (El Nuevo Diario, 2018).

2.3. Os processos e as reações

Bauer et al (2013), agregam complexidade ao problema explicando que o desmantelamento de políticas públicas, primeiro é raramente assumido e, em segundo lugar, não é necessariamente percebido a curto prazo, nem necessariamente dominado pela imposição de uma falta ou de um sofrimento pelos beneficiários: em alguns casos, os benefícios podem ser mais salientes do que os custos para alguns atores, pelo menos num determinado momento. O desmantelamento, portanto, não é necessariamente um jogo de exímio de culpa, nem é necessariamente "inerentemente impopular" ou "extremamente traiçoeiro" (Pierson 1994: 18). Obviamente, num novo período de ampliação dos efeitos das mídias sociais, tais considerações devem ser contextualizadas: dependem das relações de forças entre categorias de beneficiários, classes sociais ou setores e do jogo do poder ou da capacidade de instrumentalização do governo ou da mídia com relação a opinião pública.

Podemos distinguir três estágios no processo de desmonte das políticas públicas, embora não sejam lineares e exclusivos.

- Manutenção da institucionalidade, mas com mudança do conteúdo ou dos beneficiários

Primeiro, o anúncio dos novos governantes que querem evitar protestos sociais é manter a institucionalidade das políticas, instrumentos e programas, apenas mudando o nome do ministério ou da secretaria, o titular e os principais responsáveis. A redução de recursos (financiamentos, pessoal, burocracia, meios) é gradativa, discreta, ou apenas mecânica de maneira a preservar interesses do agronegócio ou até a transferir benefícios do segmento da agricultura familiar para aquele dos empresários. Foi a opção do governo do Paraguai após a expulsão do Presidente Fernando Lugo.

Foi a tentativa inicial do governo Macri na Argentina. Inicialmente a institucionalidade foi mantida e pouco a pouco foi “esvaziada” segundo Nogueira et al (2017), mas rapidamente não se sustentou por

¹ *El perfil del quintil más pobre de los hogares rurales se caracteriza por: 6.9 personas promedio por hogar; 1.7 de años de educación del jefe de hogar; 17.6% de hogares con acceso a agua potable; 100% sin desagüe ni teléfono; 25.7% con acceso a electricidad; y 15.8% de jefes de hogar empleados* (Baumeister & Rocha, 2009).

falta de recursos assignados. Essa modalidade corresponde ao *desmantelamento por defeito* de Bauer et al (2013).

Foi uma das primeiras opções do governo do Presidente Michel Temer no Brasil com a fusão entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social. Mas como houve a negociação política de transferir a gestão da pasta da agricultura familiar e da reforma fundiária a um sindicato concorrente da CUT/CONTAG e do MST, Solidariedade, e que esse não tinha nem competências entre seus quadros, nem bases sociais a altura, o processo falhou. A alternativa foi enquadrar a nova Secretaria da Agricultura Familiar na Casa Civil, junto ao poder central, para facilitar o controle político, mas também judicial da categoria. Corresponde ao *desmantelamento por mudança de arena*, na tipificação de Bauer et al (2013)

- *Redução da institucionalidade e dos recursos : “dividir para reinar”*

Foi finalmente a estratégia que foi aplicada no caso brasileiro pelo governo Temer. Além de confiar a gestão da pasta da agricultura familiar a dirigentes de um sindicato “amarelo”, foi necessário trocar o gestor dada a incapacidade da equipe em assegurar um mínimo de aplicação dos recursos dos programas que foram mantidos. Em grandes linhas foi mantido o Pronaf que é de interesse do agronegócio, mas foram cortados todos os programas de desenvolvimento rural e territorial, apoios à populações extrativistas reforma agraria, terras indígenas e quilombolas. Outro golpe fatal à reforma agraria por expropriação e redistribuição foi a desresponsabilização da União com as terras de reforma agraria, eixando a autorização delas entrar no mercado fundiário e os decretos de 2018 reduzindo o controle do Estado sobre terras públicas estimulando a sua ocupação ilegal por grilagem. O decreto do programa Terra Legal, segundo Sauer (2018) “...materializa práticas de delapidação do patrimônio público, estimula a grilagem e fragiliza a capacidade de intervenção do Estado para cuidado e controle da coisa pública; neste caso terras públicas em todo o País”.

- *Supressão da institucionalidade e criminalização dos movimentos sociais:*

O último estágio é a extinção pura e simples das políticas para agricultura familiar, associada a opressão policial e judicial, para controlar as reações mediante a criminalização dos movimentos sociais do campo. Esse estágio, que corresponde ao *desmantelamento ativo* para Bauer et al (2013) embora de maneira não sistemática e geral, já está em marcha no Paraguai, na Argentina, no Brasil e na Nicarágua.

As reações dos atores institucionais e das organizações de agricultores

Em nenhum dos casos analisados existe um formato único de reação homogênea na escala nacional, dos movimentos sociais, dada a sua diversidade e a existência de focos de conflitos sociais, fundiários ou socioambientais. No entanto podemos observar três posturas reativas.

- *A adaptação burocrática:* Primeiro trata-se de uma adaptação passiva dos funcionários das pastas e instituições e, em segundo lugar, e inclusive dos movimentos sociais sindicais como foi o caso com a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura –CONTAG, a principal organização representativa da agricultura familiar do Brasil no ano 2016.

- *A resistência:* é o caso dos movimentos de sem-terra, indígenas, afrodescendentes, camponeses que já contam com larga trajetória de lutas inclusive em condições mais adversas frente a milícias (Colômbia, Nicarágua, Paraguai, Honduras), a pistoleiros (Brasil) ou a polícia (Argentina). No Brasil após o fim da política de desenvolvimento rural territorial e do financiamento dos colegiados e conselhos dos territórios rurais e da cidadania, muitos deles continuam a se reunir e a negociar as políticas de nível estadual ou municipal.

Outro nível de resistência pode vir das instancias de integração regional latino-americana, a UNASUL, o Mercosul ou mais particularmente a CELAC que institui uma Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. A mesma reforçou seu compromisso em El Salvador em dezembro de 2017 para apoio ao Plano de Ação para Agricultura Familiar, com vista a próxima reunião em Panamá em 2018 (CELAC, 2017).

- *Contornar o problema mudando a temática de entrada:* Trata-se da estratégia de “renomeação dos projetos” adotada por agências de cooperação e organizações internacionais como o FIDA, o IICA ou o PNUD. Não podendo mais financiar políticas de agricultura familiar junto à governos conservadores, passam a financiar programas de adaptação às mudanças climáticas para agricultores de baixa renda, projetos de redução de pobreza ou utilizam o pretexto da inovação tecnológica para manter ações de assistência técnica e extensão rural. O FIDA Mercosul, antecipando a crise ou o esvaziamento da Reunião Extraordinária da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) fez adotar pela sua direção em Roma, um projeto de fortalecimento institucional e capacitação da COPROFAM a Confederação das Organizações de Produtores Familiares dos países do Mercosul.

Conclusão

As políticas públicas a favor da agricultura familiar tiveram um desenvolvimento importante na América Latina entre os anos 1995 e 2015. Além da diversidade das suas trajetórias, sempre foram instituídas em resposta a reivindicações e a propostas dos movimentos sociais do campo, mas nunca conseguiram recursos públicos comparáveis àqueles que beneficiam a agricultura empresarial. Pode-se considerar até que tiveram certa vigência enquanto reduziam explosões sociais ou não competiam com os interesses do capitalismo agrário nacional.

Hoje essas políticas conhecem um retrocesso e até, em certos países como Brasil e Argentina, um verdadeiro processo de desmonte, no bojo de mudanças políticas que estão também ligadas aos interesses extranacionais do capitalismo financeiro internacional, em particular a captação de terras.

Nesse sentido é importante distinguir a regressão da democracia de um lado (Rosanvallon, 2014) e o desmantelamento de políticas públicas do outro (Bauer et al; 2013), mesmo se são fenômenos que tem consequências comuns ou cruzadas. Por exemplo, vale notar que num quadro de quebra da democracia no Brasil, vinte anos de ditadura militar preservaram políticas públicas sociais, de trabalho e de meio ambiente que foram extintas em entre vinte dias e vinte meses do governo Temer, apesar de legalmente instituído num processo democrático parlamentar. Claramente o objetivo da maioria parlamentar associada ao processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef em 2016 era acabar com as políticas sociais e de agricultura familiar.

Em um período politicamente e judicialmente hostil, as organizações da agricultura familiar e os atores aliados adotam várias reações entre adaptação passiva, resistência e alternativas temáticas. O contexto apresenta novas dificuldades para reconstruir coalizões capazes de reverter ou de influir as decisões. Para isso, é estratégico sair do corporativismo de certos sindicatos e ampliar alianças. Trata-se de fortalecer coalizões com outros movimentos urbanos como os ambientalistas ou aqueles da ecologia, da segurança alimentar e nutricional, da educação, em particular com os consumidores dispostos a apoiar a produção familiar de alimentos de qualidade e saudáveis.

O contexto internacional tampouco é muito favorável: existe uma redução dos recursos das agências de cooperação associada ao baixo crescimento econômico e a focalização das sociedades dos países do Norte sobre suas próprias prioridades. Por outra parte, a regressão populista e conservadora

também impera nos USA e na Europa. Isto obriga as organizações da agricultura familiar latino-americana a reinventar novas alianças, novas agendas e novas formas de luta.

Referências bibliográficas

- Adib A.; Almada F. (coords.) 2017. Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina, Santiago de Chile: IICA
- Allain M. ; Boeuf A. L'agriculture familiale et ses réappropriations locales par le mouvement paysan colombien, *Revue Tiers Monde*, 2014/4 n° 4, p. 43-59. DOI : 10.3917/rtm.220.0045
- Alves E; Rocha D. P. Ganhar tempo é possível?. In: Gasques, J. G.; Vieira Filho, J. E.R.; Navarro, Z. A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea/Mapa, 2010.
- Aquino, J., Schneider, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 8, 2010, Porto de Galinhas, Anais... Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.
- Bauer, M. W.; Jordan, A.; Green-Pedersen, C.; Heritier A. Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects. Oxford: Oxford University Press. 2013
- Baumeister, E. ; Rocha, J. 2009. "Crisis y pobreza rural en América Latina: el caso de Nicaragua". Santiago de Chile, Rimisp. Documento de Trabajo No. 47, www.rimisp.org/dtr/documentos
- Baumeister, E.; Martí i Puig, S. Nicaragua: De la revolución estatista a la profundización agroexportadora in La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. Buenos Aires: CLACSO, 2018. pp 287-314
- Caldas, E. L. ; Avila M. L. Compras públicas e alimentação escolar no Paraguai : a disseminação da experiência brasileira e a adaptação do modelo. In: Sabourin E. & Grisa C. (Org.). *A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. 1ed.Porto Alegre: Escritos Editora, 2018, v. 1, p. 171-188.
- CELAC, 2017. DECLARACIÓN MINISTERIAL DE LA CELAC SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR Y DESARROLLO RURAL, San Salvador, El Salvador, 13 de diciembre 2017
- Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG) Iglesias evangélicas y el poder conservador en Latinoamérica, 8 Nov, 2017 <http://www.celag.org/iglesias-evangelicas-poder-conservador-latinoamerica>
- De Torres Álvarez M.F., Arbeletche P., Sabourin E., Cardelliac Gula J., Massardier G. La agricultura familiar entre dos proyectos nacionales de desarrollo en Uruguay In *Revista Eutôpia*, N° 6, 2014, pp25-40 <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1424>
- Druck, G. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistencia. Observatório Social de América Latina, año VI, n°. 19. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, julio. 2006.
- Duré, E.; Ortega, G.; Palau, M. ; Rojas, L. 2012 *Golpe a la democracia: Antecedentes y perspectivas* (Asunción: BASE Investigaciones Sociales)
- Dye T. R. *Understanding public policy*, Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984
- El Nuevo Diario, *Producción, comercio y turismo reportan más afectaciones por crisis* Managua, 17/05/2018 <https://www.elnuevodiario.com.ni/economia/464433-produccion-comercio-turismo-reportan-mas-afectacio/>
- Ezquerro-Cañete, A.; Fogel, R. 2018 Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay, in Kay C. & Vergara-Camus L. (Comp.) La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo, Buenos Aires: CLACSO, 2018: 89-118
- Fachin P. Os desafios dos movimentos sociais hoje. IHU on line edição 325, 19 Abril 2010 <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3133-ruda-ricci-3>
- FAO, 2012. *Family Farming In Latin America And The Caribbean*, 2012 -2015.
- FAO, 2014. The State of Food and Agriculture Innovation in family farming, Rome, FAO, 141p.
- Fernández M. A. ; Marcos J., La lucha por la tierra en Paraguay, in *ESGlobal* 11 junio 2014 <https://www.esglobal.org/la-lucha-por-la-tierra-en-paraguay/>

- Freguin-Gresh S. ; Perez F. Agricultura familiar y capitalismo agrario en las políticas públicas de Nicaragua: entre dualidad y compromiso In *Revista Raizes*, N° 38, 2018 no prelo
- Friggeri F.P. Paraguay después del Golpe: el precio de ponerse colorado, in *Foro Internacional*, vol.57 no.1 México ene./mar. 2017 <http://dx.doi.org/10.24201/fi.v57i1.2383>
- Fuser I. Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer, *Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea*. Año 5, N° 8, Córdoba, 2018.
- Gohn, M da G. Movimentos sociais na contemporaneidade *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011
- Grisa C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Novos mediadores para velhos referenciais. In *Revista Raizes*, N° 38, 2018 no prelo
- Grisa C.; Schneider S. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: trayectoria, análisis y desafíos. In Sabourin E; Samper M, Sotomayor O (Org.). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas*. Santiago de Chile, Ed. CEPAL, Red PP-AL, CIRAD, IICA, 2014
- Grisa C. ; Sabourin, E. Le Coq, J. F. As políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina e Caribe: um balanço para a construção de uma agenda de pesquisa. In *Revista Raizes*, N° 38, 2018
- HLPE. Investing in smallholder agriculture for food security, Roma, HLPE, 2013 <http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/rappports/report-6-investing-in-smallholders-report-elaboration-process/fr/>
- IPEA, Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE, Brasília, IPEA. Comunicado IPEA Nº 159
- Kay C. & Vergara-Camus L. (Comp.) *La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo*, Buenos Aires: CLACSO, 2018
- Kingdon J., 1984, *Agendas, Alternatives and Public Policies*, Boston, Little Brown and Company.
- Levitsky S. ; Ziblatt D. , *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar
- Malleta, H. 2011. *Tendencias y perspectivas de la agricultura familiar en América Latina*. Documento de trabajo N°1, Santiago de Chile: RIMISP.
- Manero, E. Amérique latine, des gauches qui bifurquent ?, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Questions du temps présent, 04 juin 2010, acesso 27/10/2018. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/59959> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.59959
- Martins, M. D. *Movimentos sociais no campo; alguns desafios a reflexão teorica*. Ijuí, Unijui, 2013. Dissertação de Bacharel de Sociologia
- Mattei, L. Les conséquences socio-économiques du coup d'état parlementaire au Brésil. *Bresil(S) - v. 1*, p. 1-13, 2018.
- Mattei, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *Okara: geografia em debate* (UFPB), v. 12, p. 293-307, 2018.
- Mouterde, P. Le retour en force de la droite en Amérique latine – in *Érudit* <https://www.erudit.org/fr/revues/rel/2016-n787-rel02703/83792ac.pdf> 4 novembre 2016
- Navarro, Z. ; Pedroso M.T.M. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Texto para discussão 42. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2011.
- Niederle, P. A. ; Grisa, C. ; Picolotto, E. ; Soldra, D. 2017. « Narrative Disputes on Family Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Civic Countermovements. » In *coloquio New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates 1* : 1-23. Moscovo: BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies. <https://www.iss.nl/en/media/61762> acesso 30/10/2017.
- Nogueira M. E; Urcola M. A.; Lattuada M. La gestión estatal del desarrollo rural y la agricultura familiar en Argentina: estilos de gestión y análisis de coyuntura 2004-2014 y 2015-2017 in *Revista Latino-Americana de Estudios Rurales- RelaER* 2 (4), jul-dic 2017 ISSN 2525-1635 pp. 25-59
- Pal L. A. *Public Policy Analysis: An Introduction* (2nd edition). Toronto: Nelson, 1992
- Payre R.; Pollet G. *Socio-histoire de l'action publique*, Paris : La Découverte, 2013, 125 p.
- Payre R.; Pollet G. Analyse des politiques publiques et sciences historiques: quel(s) tournant(s) socio-historique(s)? *Revue française de science politique*, 56, 1, 2005 : 133-154

- Pérez, F.J. 2011. Sin cambios estructurales no habrá una reducción sostenible de la pobreza rural. *Revista Envío*, n° 350, mayo 2011 : 35-60.
- Pierson, P. 'When effect becomes cause: policy feedback and political change', *World Politics* 45(4), 1993 : 595-628
- Pierson, P. *Dismantling the Welfare State*, Cambridge: Cambridge University Press. 1994
- Porto-Gonçalves, C. W.; Cuin, D. P.; Ladeira, J. N.; Silva M. N.; da Rocha Leão, P. C. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade in *Revista Okara: geografia em debate*, N°12 (2) : 708-730
- Recalde L. R. D. Paraguay: interrupción al proceso de consolidación de la democracia, *Rev. cienc. polít.* (Santiago) vol.33 no.1 Santiago 2013 <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2013000100015>
- Ribeiro, V. V. Terra e liberdade: comparando experiências de reforma e contrarreforma agrária no Peru e no Chile (1962-1997), *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 9, no. 2, 2017, p. 266-285. DOI: 10.15175/1984-2503-20179206
- RIMISP, 2011. Pobreza y desigualdad. Informe para Latinoamérica, Santiago de Chile, RIMISP
- Rodriguez R. R. ; Haubert M. Mouvements paysans, alternatives de développement et sécurité alimentaire en Amérique centrale : les scénarios d'une transition *Revue Tiers Monde*, 2014/4 n° 4, p. 161-175. DOI : 10.3917/rtm.220.0163
- Rodriguez J. C.; Villalba, R. Gasto y gestión pública en relación a la Agricultura Familiar Campesina (AFC). Asunción: ID, 2016.
- Rosanvallon, P. *La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance*, Paris : Le Seuil, 2014
- Romano, J. O. As leituras de redes políticas e sociais nos estudos brasileiros. In *Política nas Políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X; 2009 : 203-266.
- Sabatier P.; Jenkins-Smith, H. (Eds.) *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- Sabourin, E. « Analyse socio-historique de la politique d'agriculture familiale au Brésil », *Brésil(s)* [En ligne], 13 -2018, mis en ligne le 31 mai 2018, consulté le 09 juin 2018. URL : <http://journals.openedition.org/bresils/2439> ; DOI : 10.4000/bresils.2439
- Sabourin E. 2017. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In : *Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro*. Delgado G. C., Bergamasco S M P P (eds.). Brasília : MDA), pp 265-291.
- Sabourin E., Samper M., Sotomayor O. (Eds) 2015. Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas. San José, C.R. IICA, 380p. <http://www.iica.int/es/content/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-y-agriculturas-familiares-en-am%C3%A9rica-latina-y-el-caribe>
- Sabourin, E.; Patrouilleau, M.M.; Le Coq, J.F.; Vasquez, L.L.; Niederle P. (Organisateurs) 2017 Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe, Porto Alegre: Criação Humana/Red PP-AL/FAO; 412p; ISBN 978-85-88022-22-5
- Sabourin E., Le Coq J.-F., Fréguin-Gresh S., Marzin J., Bonin M., Patrouilleau M. M., Vázquez L., Niederle P., 2018. Public policies to support agroecology in Latin America and the Caribbean, CIRAD, Montpellier, *Perspective* 45. <https://doi.org/10.19182/agritrop/00020>.
- Salcedo, S.; Guzmán, L. (eds.). 2014. Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de política. Santiago, Chile, FAO. 497 p.
- Sauer, S. Medida Provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. Boletim DATALUTA, v. 124, p. 2-9, 2018.
- Schmit, S. Amérique du Sud : la droitisation du sous-continent le plus à gauche depuis 20 ans, in *La revue Géopolitique*, Paris, mars 2018 <https://www.diploweb.com/>
- Schneider, S. ; Cassol A. A agricultura familiar no Brasil. Reporte sobre la agricultura familiar en América Latina. Proyecto de Análisis de pobreza y desigualdad rural en América Latina. Porto Alegre, Brasil, FIDA/Rimisp, 2013, 69 p.
- Simeon R. Studying Public Policy in *Canadian Journal of Political Science*, v. 9, n°4, 1976: 548-580.
- Stefanoni, P. Iglesias evangélicas, un poder que crece en América Latina, *Viento Sur* 01/06/2018 <https://vientosur.info/spip.php?article13858>